Editores da Coluna Opinião 13-08-2025

Uma breve conjuntura da luta sindical pela saúde (Parte I)

por Luiz Carlos Fadel de Vasconcellos

[Boletim Informativo nº 49, setembro 2019, Perfil Sindical]

O alvorecer do direito no trabalho, ainda no final do século XVIII, consolidando-se no decorrer do século XIX, teve como mote e marca inaugural a questão da saúde do trabalhador (ST). Capitalistas industriais da primeira leva e lordes ingleses sabiam, desde então, que a questão da saúde no trabalho era a essência da reprodução do capital e, claro, de sua sobrevivência. Tomaram a questão em suas mãos, saíram na frente numa era ainda pré-sindical (até 1825) e inventaram a medicina do trabalho (1833) para manter o controle da crucial questão. O tempo andou, sindicatos surgiram (só depois da tentativa de destruição de máquinas pelo ludismo - 1811/1814) e a Revolução Industrial moldou o capitalismo, em sua relação com a saúde, à feição dos capitalistas, dos lordes (e suas similaridades) e da Igreja (vide Leão XIII com a Rerum Novarum - 1891). Marx tangenciou a questão da saúde sem aprofundá-la. O monopólio da compreensão sobre o significado da saúde do trabalhador para a sobrevivência do capital industrial, nos moldes da época (predatório / produtivo a qualquer custo) e que se mantém *hasta ahora*, continuou nas mãos dos capitalistas, lordes *et al* e Igreja (sindicalismo amarelo). Corporações técnicas, principalmente da medicina e da engenharia, legitimaram "cientificamente" o monopólio da compreensão e da solução dos "problemas" da relação saúde-trabalho. O tempo continuou andando e, afora, movimentos espasmódicos, aleatórios e erráticos dos trabalhadores, manteve-se e mantém-se uma lógica, leia-se, uma cultura de saúde do trabalhador garantidora do capital e sua lógica. .....

Hoje podemos dizer que, somente quase dois séculos depois das inaugurações legislativas inglesas, os operários italianos, com seu modelo de saúde nas fábricas e saúde não se vende (1960-1970), foram os que mais se aproximaram de uma reflexão sobre a saúde do trabalhador que confrontasse o monopólio da produção de conhecimentos sobre a saúde do trabalhador pelo capital. No Brasil, com o auxílio da Medicina Social Latinoamericana, forjou-se uma contrahegemonia àquela cultura original, que culminou com a inscrição da ST na CF/88. Mais uma vez, tirante algumas iniciativas do movimento sindical brasileiro dos anos '80 de criar/encaminhar uma contracultura de ST, trabalhadores mortos, enfermos, acidentados, mutilados, expropriados de sua saúde e dignidade continuaram a ser envolvidos, submetidos e subordinados a uma ciência capitalista de ST. Essa ciência capitalista de produção de conhecimentos sobre a ST foi incorporada à academia e à formação maciça de técnicos outorgados pelo capital para reproduzi-la. E, uma constatação adicional para pior: as universidades públicas reproduziram esse conhecimento carimbado pelo capital para formarem seus sujeitos-objeto (alunos-profissionais-professores). Outra constatação, também para pior: ao se inscrever na CF/88 a ST no campo da saúde pública, não houve resposta desse campo (da saúde pública) a essa convocação. Os grandes inimigos de uma contracultura da ST estão na própria institucionalidade de seus aparelhos, tanto o formador quanto, principalmente, o executor. Isso sem falar no plano de formulação das políticas que, se foi desfavorável no ciclo petista, agora se vislumbra destroçador. À exceção de (poucos) setores, no âmbito da academia, cuja especificidade é a de ST, as áreas da saúde pública, principalmente as da epidemiologia e a do planejamento, reiteradamente não consideram o trabalho como categoria central da produção de conhecimentos e compreensão das relações sociais que envolvem as dinâmicas entre Estado-sociedade nas suas faces de produção, desenvolvimento, sustentabilidade e subjetividade das massas na relação capital-produção de renda. E, ainda mais, hoje, com a transformação acelerada do mundo do trabalho, cuja capacidade de absorção de mão de obra se vincula à desregulamentação sobre a ST, ainda que essa seja oriunda de uma ciência capitalista, o cenário que se projeta é sombrio. É nesse contexto que a conjuntura exige um posicionamento inovador. Algumas perguntas:

1 – Se o sindicalismo brasileiro não assumiu, por omissão histórica (com as exceções de sempre), a luta pela saúde no trabalho, como chamá-lo agora a um novo posicionamento? Se antes, numa conjuntura dos últimos governos levemente à esquerda, ao menos em termos de políticas sociais, a ST quedou à míngua, o que fazer agora?

2 – Se o sindicalismo brasileiro recebeu um golpe mortal em sua organização e sobrevivência financeira, como incluir a ST na Unidade de Terapia Intensiva em que se encontra, respirando por aparelhos? Se a ST nunca foi utilizada no receituário sindical antes da piora do quadro, como confiar nela agora?

3 – Se o sindicalismo brasileiro jamais se associou às pautas de luta e resistência dos movimentos sociais que hoje ainda tem um fôlego maior para seguir resistindo, como fazê-lo agora? Os movimentos sociais, em situação de desconforto total com o atual governo, pelo menos, não estão na UTI. Chegam caminhando à emergência e esperam de pé. Mulheres violentadas, mulheres negras, índios, sem-terra, sem-teto, LGBT, desalojados por empreendimentos, atingidos por acidentes ampliados (barragem, mineração etc...), religiosos afro, deficientes, doentes crônicos, refugiados, movimentos culturais da periferia etc... etc.... de algum modo ainda tem suas bandeiras de luta preservadas, até porque a questão do direito humano hoje é mais ameaçada do que no início de suas lutas... *Continua na próxima semana...* ■ ■ ■

Nota: Texto solicitado pela Professora Annamaria Tambellini sobre a conjuntura do movimento sindical no governo Jair Bolsonaro. 28/07/2019.

OBS. O texto escrito há quase seis anos contempla o debate que se avizinha com a 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora como Direito Humano

OBS. Os textos expressam a opinião de seus autores, não necessariamente coincidente com a dos coordenadores do Blog e dos participantes do Fórum Intersindical.
A cada reunião ordinária, os textos da coluna Opinião do mês são debatidos, suscitando divergências e provocando reflexões,
na perspectiva de uma arena democrática, criativa e coletiva de encontros de ideias em prol da saúde dos trabalhadores.